



UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda.

CNPJ nº 11.049.895/0001-75

Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)				
Ativo	Notas	2019	2018	
Circulante		35.455	32.203	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.817	393	
Instrumentos financeiros	5	25.093	14.621	
Rendas a receber		-	3.012	
Valores a receber de sociedades ligadas	13	4.765	9.702	
Antecipações salariais		148	150	
Outros valores e bens		-	318	
Devedores diversos - país	7	3.632	4.007	
Não circulante		183.997	185.060	
Depósito judicial	11	31	30	
Impostos e contribuições a compensar	6	1.542	2.749	
Outros valores e bens		329	254	
Permanente		182.095	182.027	
Investimentos	8.a	159.096	160.447	
Imobilizado	8.c	22.494	20.800	
Intangível	8.c	505	780	
Total do ativo		219.452	217.263	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)					
	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017		907.800	(2)	(698.083)	209.715
Aumento de capital	12	34.667	-	-	34.667
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	(1)	-	(1)
Prejuízo do exercício		-	-	(95.357)	(95.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		942.467	(3)	(793.440)	149.024
Aumento de capital	12	126.746	-	-	126.746
Ajustes no valor de mercado - TVM		-	(7)	-	(7)
Prejuízo do exercício		-	-	(115.262)	(115.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.069.213	(10)	(908.702)	160.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A UBS Brasil Serviços de Assessoria Financeira Ltda. ("Companhia") é uma sociedade limitada, com sede em São Paulo que possui como objetivo social a realização de análise e pesquisas financeiras, econômicas e de mercado, a prestação de serviços de assessoria e orientação financeira e econômica, vedada a prática de quaisquer atividades privativas de instituições financeiras ou que dependam de registros ou autorizações especiais para as quais a Companhia não esteja devidamente registrada ou autorizada, a prestação de serviços de intermediação de negócios (fusões e aquisições), no Brasil e no exterior, a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; atividade de intermediação de importação e exportação de equipamentos; a atividade de consultoria de valores mobiliários; administração de imóveis de terceiros e a prestação de serviços de consultoria imobiliária. A entidade legal foi constituída pelo Grupo UBS no Brasil com o intuito de construir a infraestrutura necessária para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio de *Investment Bank*. Em linha com esta estratégia, o UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para a continuidade do desenvolvimento dos negócios, sendo que aportes adicionais devem ser realizados no evento de uma aquisição ou decisão de se acelerar o nível de investimentos. Em 02 de agosto de 2017 a Companhia adquiriu, através da investida UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda., a Consenso Participações, detentora do maior "family office" independente do país. *Parceria estratégica com o Banco do Brasil* - Em novembro de 2019, o UBS AG (controlador do UBS Brasil) e o BB-Banco de Investimento S.A. celebraram um Acordo de Associação de caráter vinculante para formação de uma parceria estratégica para atuação em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional Brasil e em determinados países da América do Sul. Essa parceria de longo prazo criará, na região, uma plataforma relevante de banco de investimento com cobertura global, que se beneficiará dos pontos fortes complementares do UBS e do BB. Espera-se que a parceria entregue a seus clientes soluções completas, além de trazer benefícios adicionais aos "stakeholders". O UBS será o controlador e acionista majoritário (50,01%) da parceria, sendo exclusivamente formado por ações ordinárias nominativas. Em decorrência da transação, a estrutura societária local está sendo reorganizada e receberá aportes de capital da matriz, se necessário. A efetivação da transação está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores pertinentes.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), as quais levam em consideração as disposições contidas nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores. O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em Reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de janeiro de 2020. **3. Principais práticas contábeis:** a) *Apuração de resultado:* O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. b) *Estimativas contábeis:* A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, estimativas de valor justo para títulos e valores mobiliários, outras provisões e determinação da vida útil de ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa anualmente as estimativas e premissas. c) *Caixa e equivalentes de caixa:* Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, ou seja, quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. d) *Instrumentos financeiros:* A Companhia classifica seus ativos financeiros a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo relacionadas: *Custo amortizado:* São ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas. *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* São ativos financeiros geridos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios. *Valor justo por meio do resultado:* São ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descaçamento contábil, caso fossem mensurados de outra forma. *Metodologia de redução ao valor recuperável:* As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros, são apuradas com base em um modelo de perdas esperadas. e) *Outros ativos:* São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) *Permanente:* Investimentos - referem-se à participação em sociedade controlada no País que é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Imobilizado de uso - São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício. Intangível -

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício. g) *Outros passivos financeiros:* São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor. h) *Impostos e contribuições:* *Imposto de renda e contribuição social:* A provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. *Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS):* São calculados sobre as receitas da Companhia, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. *Imposto Sobre Serviços (ISS):* são calculados com base nas receitas sobre prestação de serviços à alíquota de 5%. i) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):* Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*, e indícios de possível *impairment* são reavaliados em períodos menores. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. A Companhia testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. j) *Passivos e ativos contingentes:* O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC nº 25, conforme descrito abaixo: *Ativos:* não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. *Passivos:* são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgados e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. k) *Prejuízo por quota:* A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por quotas - utilizando o número de quotas totais, no final do exercício correspondente ao resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	2	2
Depósitos bancários	1.815	391
	1.817	393

5. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros estão representados por:

	2019		2018	
	Valor de custo/ curva	Valor de mercado	Valor de custo/ curva	Valor de mercado
Carteira própria				
Letras Financeiras	Acima			
do Tesouro	365 dias	25.098 25.093	14.621 14.621	
		25.098 25.093	14.621 14.621	

Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, prefazendo o montante negativo de R\$ 10 (R\$ 3 em 2018). Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. No exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

8. Permanente: a) *Investimentos em coligadas e controladas:*

Sociedade	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social - %
UBS Brasil Adm. de Valores Mobiliários Ltda.	737.900	159.255	(72.290)	737.436.010	99,90% (72.217) (54.965)

b) *Movimentação do saldo de investimentos:*

	2019	2018
Saldo anterior	160.447	186.647
Aumento de capital na coligada e controlada	70.941	28.795
Equivalência patrimonial	(72.217)	(54.965)

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por quotas)			
	Notas	2019	2018
Receitas bruta de serviços	14	27.431	29.588
Impostos e contribuições sobre serviços	15	(3.596)	(1.853)
Receita líquida de serviços		23.835	27.735
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	8	(72.217)	(54.965)
Despesas de pessoal	16	(92.357)	(108.581)
Outras despesas administrativas	17	(41.776)	(47.537)
Despesas tributárias	18	(1.408)	(2.238)
Outras receitas operacionais	19	70.973	97.788
Outras despesas operacionais	20	(3.563)	(8.315)
Resultado antes do resultado financeiro		(116.513)	(96.113)
Resultado financeiro			
Receitas de operações com títulos e valores mobiliários	21	1.356	817
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários	21	(34)	(27)
Resultado não operacional		(71)	(34)
Prejuízos dos exercícios		(115.262)	(95.357)
Nº de quotas		1.069.213.091	942.467.341
Prejuízo por quota - R\$		(0,11)	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018		
(Em milhares de reais)		
	2019	2018
Prejuízo dos exercícios	(115.262)	(95.357)
Ajustes ao valor de mercado - TVM	(7)	(1)
Total do resultado abrangente dos exercícios	(115.269)	(95.358)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
(Em milhares de reais)			
Atividades operacionais	Notas	2019	2018
Prejuízo dos exercícios		(115.262)	(95.357)
Ajustes que não afetam o caixa			
Depreciações e amortizações		6.026	6.375
Provisão de bônus		27.123	18.348
Reversão de provisão de bônus		(18.348)	(21.190)
Proventos - EOP e DCCP		5.955	28.218
Reversão de provisão - EOP e DCCP		(105)	(3.973)
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	72.217	54.965
Perda com investimentos		71	29
Passivos contingentes		20	(1.299)
Prejuízo ajustado no exercício		(22.303)	(13.848)
Varição em ativos e passivos			
Instrumentos financeiros		(10.475)	19.947
Rendas a receber		3.012	4.863
Valores a receber de sociedades ligadas		4.937	(4.707)
Antecipações salariais		2	61
Outros valores e bens		243	205
Devedores diversos - país		375	(1.366)
Depósito judicial		(1)	-
Impostos e contribuições a compensar		1.207	650
Impostos e contribuições sobre salários		6.970	2.776
Outros impostos e contribuições		(352)	(706)
Provisão para pagamentos a efetuar		(30.884)	(10.171)
Valores a pagar a sociedades ligadas		-	(365)
Credores diversos - país		333	(610)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(46.936)	(3.271)
Atividades de investimentos			
(Aquisição)/Baixa de imobilizado		(7.445)	(2.864)
Investimentos em coligadas e controladas	8.b	(70.941)	(28.795)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(78.386)	(31.659)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		126.746	34.667
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		126.746	34.667
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		1.424	(263)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		393	656
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	4	1.817	393
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		1.424	(263)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. No exercício não houve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

6. Impostos e contribuições a compensar

	2019	2018
Antecip. de Imposto de renda da pessoa jurídica	414	654
Antecip. de contribuição social sobre o lucro líquido	97	586
IRRF sobre aplicações financeiras	257	228
CSLL retida - Lei nº 10.833	274	120
COFINS retido - Lei nº 10.833	45	435
PIS retido - Lei nº 10.833	10	98
ISS a recuperar	356	356
Outros impostos a compensar	89	272
	1.542	2.749

7. Devedores diversos - País

	2019	2018
IRRF s/ EOP a receber exterior	3.630	3.330
Valores a ressarcir - FII	-	677
Outros devedores	2	-
	3.632	4.007

	Resultado de equivalência		Valor contábil do investimento	
	2019	2018	2019	2018
Perda de capital		(71)		(29)
Equivalência patrimonial - MTM de TVM na investida		(4)		(1)
Saldo atual		159.096		160.447

continua

continuação

c) Imobilizado e intangível:

	2019		2018	
	% anual de Depreciação/amortização	Valor de Depreciação/ de amortização custo	Saldo acumulado	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Imobilizações em curso	- 7.395	- 7.395	2.607	
Instalações	10 35.798	(24.995)	10.803	14.103
Móveis e equipamentos de uso	10 6.383	(4.730)	1.653	2.267
Sistema de comunicações equipamentos	20 165	(161)	4	6
Sistema de processamento de dados	20 17.405	(14.766)	2.639	1.817
Total	67.146	(44.652)	22.494	20.800
Intangível				
Software	20 2.426	(1.921)	505	780
Total	2.426	(1.921)	505	780

d) Movimentação do imobilizado e intangível:

	2019	2018
Imobilizado de uso		
Saldo no início do exercício	20.800	23.894
Adições	7.445	2.869
Baixas	-	(5)
Depreciação	(5.751)	(5.958)
Saldo no fim do exercício	22.494	20.800
Intangível		
Saldo no início do exercício	780	1.197
Amortização	(275)	(417)
Saldo no fim do exercício	505	780

9. Provisão para pagamentos a efetuar

	2019	2018
Despesas de pessoal		
Proventos	4.911	4.788
Proventos - bônus	19.323	18.348
Proventos - EOP (*)	15.974	31.386
Demais provisões	92	2.037
Total	40.300	56.559

(*) Equity Ownership Plan
A Companhia faz parte do plano de remuneração global Equity Ownership Plan no qual a parcela que exceda à remuneração anual dos funcionários de USD 300 mil é destinada a aquisição de ações da UBS AG através de um prazo de diferimento de até 5 anos. A provisão para o pagamento da remuneração é constituída de acordo com os critérios definidos pelo UBS AG. Uma vez que os prêmios outorgados pela Companhia não são instrumentos patrimoniais de sua emissão, o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo sendo reavaliado o valor justo ao término de cada período de reporte e na data da liquidação sendo que quaisquer mudanças no valor justo devem ser reconhecidas no resultado do exercício. 10. Imposto de renda e contribuição social: a) A conciliação do prejuízo fiscal e da base negativa é a seguinte:

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(115.262)	(115.262)	(95.357)	(95.357)
Adições/(exclusões):				
Receitas não tributáveis/ Despesas não dedutíveis	2.819	2.819	(2.631)	(2.631)
Resultado de equivalência patrimonial	72.217	72.217	54.965	54.965
Provisão para bônus	27.123	27.123	18.348	18.348
Reversão de provisão de bônus	(18.348)	(18.348)	(21.190)	(21.190)
Proventos - EOP e DCCP	5.955	5.955	28.218	28.218
Reversão de provisão - EOP e DCCP	(105)	(105)	(3.937)	(3.937)
Prejuízo fiscal	(25.601)	(25.601)	(17.647)	(17.647)

b) Créditos tributários: A Companhia possui créditos tributários de IR e CS não constituídos, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 72.069 (R\$ 63.365 em 2018). 11. Contingências: A Companhia figura como réu em processos judiciais de natureza trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades, como segue:

	Diretoria
Bruno Costa Barino	Rafael Granja Furlanetto
Diretor	Contador CRC 1RJ115472/O-2

UBS BRASIL BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

Perdas prováveis:

	2019		2018	
	Saldo inicial 31/12/2018	Adições/ baixas a provisão 31/12/2019	Depósito judicial (ativo)	Depósito judicial (ativo)
Passivos contingentes				
Trabalhistas	321	20	341	31
Total	321	20	341	31

Perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui processos classificados pela administração e seus assessores jurídicos como perda possível:

	Quantidade	2019	2018
Processos administrativos:			
Ações trabalhistas		1	-
Ações cíveis		1	6.643
Total		6.643	600

12. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 1.069.213 (R\$ 942.467 em 2018). A composição do capital realizado está demonstrada no quadro a seguir:

	2019	2018
Quotistas	Quotas	Quotas
UBS AG	1.068.657.933	941.912.183
UBS INTERNATIONAL HOLDINGS BV	555.158	555.158
Total	1.069.213.091	942.467.341

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram subscritas 126.745.750 (34.667.250 em 2018) quotas totalizando o aumento de capital de R\$ 126.746 (R\$ 34.667 em 2018). Distribuição de lucros: Os lucros líquidos anualmente obtidos terão a aplicação que lhes for determinada pelo sócio ou sócios representando a maioria do capital social, admitida a distribuição desproporcional à participação de cada um no capital social. Nenhum dos sócios terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Juros sobre capital próprio: Nos exercícios de 2019 e de 2018 não houve distribuição de juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Reserva de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. 13. Partes relacionadas: a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Valores a receber de sociedades ligadas (1):				
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores mobiliários S.A.	2.882	7.951	42.183	56.850
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	1.883	1.751	25.747	30.115
Valores a pagar a sociedades ligadas (1):				
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores mobiliários S.A.	-	-	(4.724)	(4.852)
UBS Brasil Administradora de Valores Mobiliários Ltda.	-	-	(35)	(590)
UBS AG Stamford	-	-	(22)	(2.577)

(1) Montante referente a reembolsos de despesas administrativas/operacionais conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. 13. Partes relacionadas: b) Remuneração de pessoal-chave da Administração: Anualmente é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Contrato Social. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia despendeu o montante de R\$ 6.339 (R\$ 19.091 em 2018). 14. Receitas de prestação de serviços

	2019	2018
Assessoria técnica	27.386	29.453
Outros serviços	45	135
Total	27.431	29.588

15. Impostos e contribuições sobre serviços

	2019	2018
Despesas de contribuição social - COFINS	1.830	231
Despesas de contribuição - PIS	394	65
Despesas de tributos municipais - ISS	1.372	1.557
Total	3.596	1.853

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

16. Despesas de pessoal

	2019	2018
Benefícios	6.715	8.172
Encargos sociais	14.375	13.757
Proventos	36.973	37.788
Proventos - bônus	27.123	18.348
Proventos - EOP e DCCP	5.955	28.218
Treinamento	371	1.430
Remuneração de estagiários	845	868
Total	92.357	108.581

17. Outras despesas administrativas

	2019	2018
Despesa com aluguel	5.469	5.185
Despesa com comunicações	808	763
Despesa manutenção e conservação	1.603	1.075
Despesas de material	332	183
Despesa com processamento de dados	6.400	6.010
Despesa com eventos, promoções e relações públicas	650	707
Despesa de publicações, publicidade e propaganda	208	345
Despesa com serviços do sistema financeiro	534	137
Despesas de serviços de terceiros	4.307	4.458
Despesas de serviços de vigilância e segurança	705	848
Despesa com serviços técnicos especializados	4.090	7.675
Despesa com transporte	155	149
Despesa de viagem	2.636	2.314
Despesas administrativas - Intercompany (Nota 13)	4.781	8.019
Despesa com depreciação e amortização (Nota 8.b)	6.026	6.375
Outras despesas	3.072	3.294
Total	41.776	47.537

18. Despesas tributárias

	2019	2018
Despesas de tributos federais	754	1.532
Despesas de tributos municipais	654	703
Despesas de tributos estaduais	-	3
Total	1.408	2.238

19. Outras receitas operacionais

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas - Intercompany (*)	67.930	86.965
Reversão de provisão operacionais - Bônus (**)	1.342	515
Reversão de provisão operacionais - EOP e DCCP	105	3.937
Reversão de contingência trabalhista	-	3.073
Reversão de provisão operacionais - Outras	428	-
Variação monetária e cambial ativa	877	1.164
Recuperação de encargos e despesas	291	1.797
Reversão de provisão - Intercompany de exercício anterior	-	337
Total	70.973	97.788

(*) Ressarcimento de despesas administrativas conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. (**) Refere-se a reversão parcial de provisão de bônus aos colaboradores do exercício anterior. 20. Outras despesas operacionais

	2019	2018
Provisão de processos trabalhistas	20	1.774
Juros e multas sobre impostos	28	538
Variação cambial passiva	510	645
Despesa de provisão operacional	3.000	-
Rev. de provisão - Intercompany de exercício anterior	-	5.256
Outras despesas operacionais	5	102
Total	3.563	8.315

21. Resultado financeiro - Operações com títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Rendas de TVM - Letras Financeiras do Tesouro	1.356	817
Despesas de TVM - Letras Financeiras do Tesouro	(34)	(27)
Total	1.322	790

22. Gerenciamento de riscos: A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática global e com os requerimentos locais. A Alta Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pela Administração. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. Todos os riscos são discutidos em comitês específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Controle de Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos.

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.
ERNST & YOUNG Renato Nantes
Auditores Independentes S.S. Contador
CRC-2SP034519/O-6 CRC-1RJ115529/O-7

Halm Holding Participações Ltda.
CNPJ/MF nº 11.490.146/0001-89 - NIRE nº 35.223.926.166
Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores quotistas da **Halm Holding Participações Ltda.** ("Sociedade"), de acordo com o disposto no Artigo 9º do Contrato Social da Sociedade, para a realização da **Assembleia Geral Ordinária**, que acontecerá no dia 28/04/2020, às 14:30 horas, na sede da Sociedade, localizada na Rua Uruguaí, nº 1.495, Parque Industrial Coronel Quito Junqueira, na cidade de Ribeirão Preto/SP, para deliberar sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** (i) Discutir e votar as contas e demonstrações financeiras, relativas a todos os exercícios sociais encerrados, até 31/12/2019; e (ii) discutir e votar sobre a Política de Apuração e Distribuição dos Resultados Financeiros apurados até 31/12/2019. Para melhor andamento da Assembleia, ficam os Sócios cientificados desde já, que eventuais fundamentos dos votos que desejem constar em Ata, deverão ser apresentados na data da Assembleia em apartado, visto que irão integrar a Ata como Anexos. Ribeirão Preto, 06/04/2020. **Luverci Garbelini Brunelli.** (18,23,24)

BBD Participações S.A.
CNPJ nº 07.838.611/0001-52 - NIRE 35.300.335.295
Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2020, às 15h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de: 1. tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2019; 2. deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019; 3. fixar a remuneração dos Administradores. Osasco, SP, 16 de abril de 2020. **Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente do Conselho de Administração.**

Odebrecht TransPort S.A.
CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 - NIRE 35.300.38154-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Odebrecht TransPort S.A., ficam convocados os Acionistas para a **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 27 de abril de 2020 às 10:00 horas de forma virtual (em razão da pandemia COVID-19) permitindo aos acionistas o voto a distância, para a deliberação das seguintes matérias: (i) Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Destinação dos resultados da Companhia, em atenção ao apreciado no item "(i)" acima; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Limite para a remuneração global e anual dos administradores da Companhia durante o exercício social de 2020. São Paulo/SP, 17 de abril de 2020. **Luciano Nitriñi Guidolin, Presidente do Conselho de Administração.** (17, 18 e 23/04/2020)